



RESENHAS



# As rotinas do jornalismo

Renato Levi

VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; MOTA, Célia (Org.). *Telejornalismo: nova praça pública*. Florianópolis: Insular, 2006.

**Resumo:** O livro reúne oito artigos e resumos de trabalhos desenvolvidos por jornalistas e professores do Brasil e de Portugal que compõem a Rede de Pesquisadores em Telejornalismo. Os trabalhos avaliam as rotinas de produção e a linguagem utilizada no jornalismo televisivo, buscando relações dessas práticas com suas implicações políticas, sociais e econômicas no contexto da mídia como um espaço privilegiado de construção social da realidade.

**Palavras-chave:** telejornalismo; televisão; edição

**Abstract:** *The routines of journalism* — This book contains eight articles and abstracts of papers written by journalists and professors in Brazil and Portugal, who make up the Telejournalism Research Network. The papers evaluate the routines of production and language used in television journalism, seeking relations between these practices and their political, social and economic implications within the context of the media as a privileged space for the social construction of reality.

**Keywords:** telejournalism; television; edition

O desenvolvimento do telejornalismo na história recente do Brasil é sintomático do processo de modernização desigual e autoritário da nossa construção tardia de identidade. Na modernidade, os meios de comunicação têm assumido o papel do que foi o espaço público de outrora e é ali que, agora, se manifestam os conflitos, que acontecem e se legitimam os fatos. O livro *Telejornalismo: nova praça pública* é uma reunião de artigos e resumos de tra-

balhos desenvolvidos por autores que formam o que se denomina Rede de Pesquisadores em Telejornalismo. A iniciativa é bem vinda, pois sabe-se do reduzido número de publicações dedicadas a essa área. O livro é rico em diversidade de experiências, metodologias e recortes propostos sobre a questão. É um mosaico de olhares e situações díspares, nas quais o telejornalismo é avaliado desde o contexto de sua produção até os mecanismos pelos quais produz sentidos e é por estes realimentado, em um processo de construção de discursos que representa consensos e configura aspectos indicativos da nossa identidade.

Diante da diversidade de autores e textos e da pluralidade de questões em debate, vale a pena adentrar na peculiaridade de argumentos que sustentam a obra e lhe dão título.

No artigo “Telejornalismo: das rotinas produtivas à audiência presumida”, Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior desvenda os mecanismos de produção do telejornal a partir do estudo de caso do RJTV1, da TV Globo do Rio de Janeiro. O argumento do pesquisador apóia-se em extensa bibliografia por meio da qual questiona o recorte da pauta do telejornal à luz da audiência presumida e do repertório dos profissionais envolvidos. Questões como a escassez de tempo e os mecanismos de recontextualização dos fatos são abordados no contexto do dia-a-dia e das rotinas de produção, passando pelo “constrangimento organizacional” da empresa (refiro-me aqui ao comportamento dos profissionais que é moderado de acordo com o conhecimento que eles têm dos interesses editoriais e comerciais da empresa onde trabalham... esses conceitos estão ligados aos complexos mecanismos de auto-censura e podem lançar luz sobre a aparente esquizofrenia entre as intenções dos bons profissionais e os sofríveis resultados que geralmente chegam à telinha). Um caminho semelhante é traçado por Aline Maria Greco Lins, em “A construção telejornalística sob o olhar processual”. Partindo da análise de documentos envolvidos na produção de um telejornal local do Recife, como pautas, laudas e roteiros, são avaliados os movimentos presentes no processo coletivo de construção da notícia. Os signos em ação na “semiose” de Peirce e a Crítica Genética são evocados para examinar aspectos presentes na “lapidação” que sofre a notícia desde seu processo de produção até a edição. Considerados a partir de elementos que ficam subjacentes quando se avaliam apenas os produtos finais, os processos pelos quais passam as notícias também revelam interferências da experiência colateral e do repertório dos jornalistas. Esse contexto gera signos e é realimentado por essa produção. Isso explica, em parte, alguns vícios de uma cobertura jornalística cuja agenda limitada é proposta diariamente pela TV como sendo a expressão da melhor valoração dos fatos importantes do País e do mundo. Agenda essa que

paradoxalmente integra, ao agregar valor e socializar sentidos, mas, ao mesmo tempo, exclui quando avaliza fluxos de dominação e reforça hierarquias.

Levantando uma polêmica sobre se a construção jornalística seria um processo meramente técnico, refém de processos industriais, ou envolveria aspectos criativos, o artigo de Iluska Coutinho busca avaliar até que ponto as estratégias narrativas dos telejornais aproximam-se das construções dramáticas e ficcionais, baseando-se, para tanto, em edições do *Jornal Nacional* e do *Jornal da Cultura*. Sua análise fornece elementos essenciais para se repensar em outras bases a utópica posição de imparcialidade e a desejada distância do sensacionalismo e dos elementos que aproximam o jornalismo do entretenimento.

A autora lança mão de Platão e Aristóteles para resgatar a gênese do termo “drama”, que significaria algo próximo de uma “representação das ações”. Segundo ela, o drama, um meio de expressão oriundo da literatura e do teatro, acha-se amplamente disseminado, inclusive nas formas usuais de se relatar um fato ou contar uma história nas matérias dos telejornais. Nesse âmbito, tornou-se comum o uso de estratégias típicas da narratividade como as de se estabelecer um “conflito narrativo”, a “intriga”, e o uso de personagens no encadeamento das ações. Outra importante característica narrativa presente nos telejornais é, para a autora, o contexto da enunciação, isto é, quem expõe os fatos e sob que ponto de vista. Com relação a esse aspecto, a ficção pode, sem nenhum conflito de consciência, assumir uma dada perspectiva, enquanto o noticiário deve, pelo menos utopicamente, contemplar o maior número possível de aspectos envolvidos em cada questão. Dado que esta premissa é irrealizável, os telejornais geralmente ainda associam um agravante ao ostentar em seu discurso um tom que pressupõe uma neutralidade e uma objetividade que sabemos impossível. A serviço da narratividade, entram em ação diversos recortes operados desde a escolha das pautas, na produção em campo e nos processos relativos à edição. Estes mecanismos ocorrem tanto nas matérias, a partir da seleção realizada nas entrevistas, locuções, imagens e sons, quanto em relação ao ordenamento das reportagens e textos na lógica do telejornal. Assim, a organização desses enunciados estabelece padrões e estilos que usualmente resultam na configuração dos acontecimentos retratados na forma de um “drama cotidiano”, com direito a criação de expectativas e lições de moral. Não é por acaso que os telejornais são quase sempre vizinhos das telenovelas na programação das emissoras de TV.

Para estabelecer um diálogo e avaliar os fenômenos midiáticos em sua totalidade, temos que considerar o espectador como parte essencial nessa relação que se estrutura em diversos níveis de mediações complexas e que transitam entre a aderência e o distanciamento. Em “Imagem e velocidade: os desvios de origem na dupla condenação da TV”, Sylvia Moretzsohn realiza, a partir da premissa do

olhar, uma análise crítica da visão apocalíptica que muitos intelectuais possuem em relação à televisão. A autora adverte-nos que, ao estabelecer estritamente a ciência ou a filosofia como parâmetros para se avaliar o jornalismo, podemos ficar presos a dilemas restritivos e sermos levados a uma espécie de “falso problema”.

Para ampliar o olhar sobre a questão, além da produção e dos produtos, os Estudos Culturais Ingleses consideram os processos de comunicação como práticas sociais nas quais ocorre a produção de sentidos. Dada a fragilidade das instituições brasileiras e a hegemonia da TV — nosso único meio de comunicação de alcance nacional —, engendra-se um simulacro de nação capaz de influenciar e pautar a agenda política e social. Essa imagem, a princípio coesa e dominante, vai se estabelecer de modos distintos — até contraditórios — em cada espectador. Apesar de a cobertura dos eventos no telejornalismo ser geralmente contaminada pelo oficialismo, a TV assume um papel cada vez mais importante na defesa dos direitos públicos. É isso que demonstra Beatriz Becker em “500 anos do descobrimento nos noticiários da TV”. Segundo ela, o evento que deveria celebrar a nossa identidade nacional acaba por explicitar a exclusão e as fraturas da sociedade. Na época da missa comemorativa dos 500 anos, a pesquisa realizada no doutorado da autora avaliou princípios de enunciação em 21 edições dos três telejornais de maior audiência e concluiu que, apesar de suas limitações intrínsecas, a TV contribuiu sobremaneira ao dar, nesse momento singular, alguma visibilidade às demandas dos movimentos populares e, assim, fazer (re)conhecer o nosso País estratificado e desigual.

Apesar de se configurar em uma sintaxe complexa que envolve imagem, som e texto, as matérias televisivas utilizam um formato convencional facilmente digerível. As imagens, por exemplo, apesar de respeitarem um padrão bastante restritivo no telejornalismo, são eminentemente polissêmicas, depositárias de diversos códigos simultâneos, mas que podem ser universalmente decifrados, ainda que de modos distintos e de acordo com repertório e o interesse de cada espectador. O texto, por sua vez, reforça conteúdos e orienta o espectador de maneira didática para que não reste nenhuma dúvida quanto ao sentido que se quer propalar. Nessa acepção, questões difusas, como a busca de uma identidade nacional e o que entendemos por cidadania, são avaliados por Célia Ladeira Mota, que examinou como esses conceitos foram tratados nos telejornais brasileiros quando noticiaram a exigência de identificação dos norte-americanos para entrar no país. A medida foi determinada em reciprocidade ao que passou a ser exigido dos brasileiros quando desembarcam nos Estados Unidos. Lembra a autora que, quando um piloto americano acabou preso ao fazer um gesto ofensivo durante o processo de sua identificação no Brasil, o fato quase assumiu ares de incidente diplomático. Para ela, o episódio é sintomático, visto que algumas narrativas dos

telejornais tentam resgatar o orgulho ferido e assumem ares de um pequeno triunfo. Assim se revelam características culturais e somos levados a refletir sobre questões simbólicas como as de soberania e dominação que envolvem nosso imaginário sobre a relação Brasil — Estados Unidos. Nesse sentido, o discurso das matérias televisivas pode ser depositário da subjetividade desta identidade em construção e espaço peculiar para a mediação de conflitos.

A concentração dos meios de comunicação no Brasil é escandalosa e isso restringe sobremaneira a oferta de informações e opiniões para a maior parte do país. As concessões são distribuídas e renovadas automaticamente, sem controle da sociedade. O chamado coronelismo eletrônico atinge TVs privadas e educativas, além de emissoras de rádio comerciais, comunitárias e piratas, que são os veículos capilares que atendem aos grotões. A TV pública é incipiente e não há um sistema de TV estatal consolidado. As eleições majoritárias e a alternância no poder não mudaram esta relação secular de subserviência que se agudiza cada vez mais, agora que a TV, praticamente, centralizou a esfera pública como o *locus* privilegiado da campanha política. É nesse contexto que Flavio Porcello avalia as conexões entre os poderes político e aquele dos meios de comunicação em relações promíscuas que foram historicamente cultivadas. Para o autor, o poder dos meios de comunicação está na seletividade operada nos fatos, mas, principalmente, na construção dos discursos. Ele recorre a Barthes, para quem a língua é fascista, pois impõe “coerções inaudíveis” aos falantes. A imagem, por sua vez, trabalha, a partir de seus atributos e enquadramentos, outras infinitas sutilezas denotativas. Ao produzir sentidos, a mídia subjetivamente simplifica e enquadra o mundo em um discurso de verdade que dissimula seus interesses e relações com o poder político e com o capital.

A retórica dos meios de comunicação e de seu lugar na construção da realidade é um fenômeno mundial que vai muito além do subdesenvolvimento midiático e de nossa democracia incipiente. A partir de tipificações e da cristalização da experiência, os acontecimentos aderem a formas pré-existentes e constroem uma narrativa estandarizada e padronizada para agradar as audiências e conferir noções de estabilidade à vida social. É o que se pode chamar de senso comum, que, no entendimento de Alfred Schutz, encerra aparência de coerência, clareza e consistência, mas é, muitas vezes, coberto de suposições e ignorância. Em “Retorno ao ‘Arrastão de Lisboa’: reflexões sobre epistemologia do jornalismo”, João Carlos Correia avalia a cobertura de um evento que evidenciou a sobrevivência de tiques antropocêntricos, racistas e xenofóbicos, subliminares ou manifestos. A partir de dados e fontes — a princípio coerentes —, como números, comentários de especialistas e até provas como fotos e filme, a imprensa portuguesa exibiu tremendamente um pequeno incidente na

praia. Uma série de mudanças significativas em Portugal, como a desregulação da paisagem audiovisual, a afirmação do liberalismo, a entrada na Comunidade Europeia, a popularização da programação da TV, os movimentos migratórios e o fim do monopolismo étnico e religioso, configura o contexto no qual se manifestam conflitos entre a tradição e as novas afirmações identitárias. Nesse sentido, o autor questiona se há espaço para a representação do estranho e ressalta a posição ambígua das mídias, pois elas refletem contradições, não são apenas suportes ideológicos dos sistemas hegemônicos de pensamento: “afirmam-se (melhor na imprensa escrita) como lugares plurais de produção de estratégias que visam reformular o processo social”. A mídia representa agora o lugar de integração e de socialização e é, também, espaço de poder e de exclusão. A compreensão epistemológica do que é o jornalismo e as possibilidades que esta forma especial de enunciado contém consagram um *locus* fundamental para se refletir sobre a democracia.

No Brasil, a situação torna-se ainda mais complexa, pois a TV é a principal fonte de informação e formação para a maior parte da população e desempenhou um dos principais papéis no processo de integração recente do País. A despeito do lento caminho na consolidação de nossa democracia, parte da imprensa e, especialmente, o telejornalismo ensaiam um eterno retorno a uma cobertura desequilibrada e partidarizada, ao tentar impor sua “liberdade de empresa”. Para alegria de uns e desespero de outros, parece que, no episódio das eleições majoritárias de 2006, os espectadores não reagiram totalmente conforme o *script* pré-determinado. Por essas e por outras razões, observar, pesquisar e discutir o telejornalismo brasileiro deve, cada vez mais, configurar tarefa permanente da sociedade civil e das universidades, já que a imprensa pretensamente fala sobre tudo, mas quase não fala sobre si mesma e nunca sobre suas relações com o poder. Assim, não é excessivo lembrar que as TVs brasileiras são concessionárias de serviço público e seu produto é destinado ao conjunto da sociedade. Entretanto, elas comumente atuam a serviço de interesses privados. Seus discursos de tom pretensamente sóbrio, objetivos e eqüidistantes, merecem a atenção e a vigilância constante para, assim, garantir um amadurecimento na relação com estes sofisticados mecanismos de tutela de sentidos. Essas diferentes considerações asseguram a presença de reflexões instigantes sobre o tema maior do telejornalismo e espaço público, em uma pluralidade de densidade de argumentações e relatos, que fazem da obra mencionada referência importante.

RENATO LEVI, documentarista e pesquisador,  
é professor de telejornalismo e documentários na  
USP e na PUC-SP.  
relevisp@usp.br